
Corumbá Concessões S.A.

*Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2016
e relatório do auditor independente*



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Corumbá Concessões S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Corumbá Concessões S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Corumbá Concessões S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Partes relacionadas

Chamamos atenção para a Nota 16 às demonstrações financeiras, que descreve que a Companhia mantém saldos e operações comerciais em montantes significativos com partes relacionadas nas condições nela descritas. Dessa forma, as demonstrações financeiras devem ser analisadas nesse contexto. Nosso relatório não está ressalvado em relação a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração e Relatório de Sustentabilidade.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e Relatório de Sustentabilidade e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esses relatórios.

Corumbá Concessões S.A.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e o Relatório de Sustentabilidade e, ao fazê-lo, considerar se esses relatórios estão, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração e o Relatório de Sustentabilidade, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

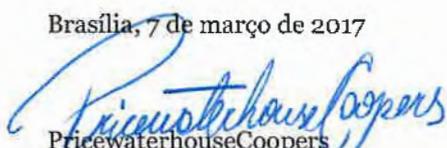
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

Corumbá Concessões S.A.

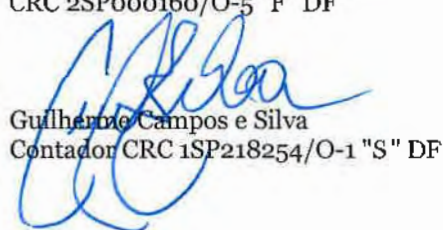
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília, 7 de março de 2017



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F" DF



Guilherme Campos e Silva
Contador CRC 1SP218254/O-1 "S" DF

Corumbá Concessões S.A.

Relatório da administração
Dezembro de 2016

Relatório da administração 2016

Senhores Acionistas:

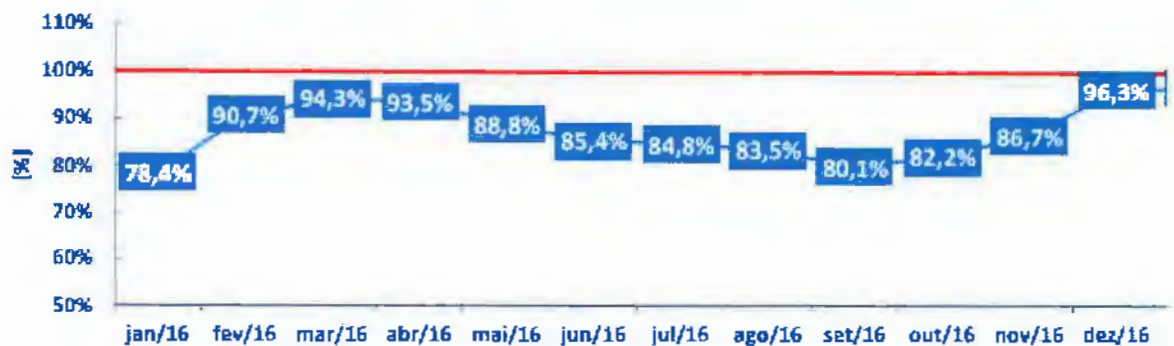
Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., e ao público em geral às Demonstrações Financeiras da Corumbá Concessões S.A. ("Concessionária"), com as respectivas Notas Explicativas, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015.

Considerações gerais:

O setor elétrico ao longo do ano de 2016, especialmente no segmento de geração, apesar de mais pacificado do que foi observado em 2015 e 2014, ainda não foi um ano estável, seja no que diz respeito aos aspectos regulatórios/jurídicos ou ainda no que se refere às questões de disponibilidade de água para geração física. Nesse ano ainda enfrentamos alguns percalços como relatamos a seguir.

A baixa hidraulicidade verificada em 2015, que oportunizou, através da lei 13.203/2015, a contratação do "seguro GSF" pelos geradores, não foi assinada por todos os agentes desse segmento no país. Especialmente os geradores com contratos no Ambiente de Contratação Livre (ACL), não aderiram ao "seguro GSF" e continuaram ao longo de 2016 protegidos por suas liminares judiciais impetradas em 2015, sendo, portanto, seus valores não pagos, considerados como inadimplência nas liquidações financeiras promovidas pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) em 2016. Esses valores inadimplidos se situavam em mais de 1,5 bilhões de reais acumulados no final desse ano. O reflexo deste fato nas demais empresas geradoras, que aderiram à repactuação hidrológica ("seguro GSF"), foi a necessidade de se proteger judicialmente, mais uma vez, da tentativa de rateio dessa inadimplência aos demais agentes adimplentes do MRE (Mecanismo de Realocação de Energia). O setor continua bastante judicializado. A MP 735 que, dentre outros, alterou as leis 10.438, 12.783 e 9.074, convertida posteriormente na Lei 13.360 de novembro de 2016, mais uma vez introduziu várias mudanças regulatórias no setor elétrico nesse ano, sem mencionar nas recentes alterações propostas pelo Ministério das Minas e Energia (MME) e Empresa de Pesquisa Energética (EPE) na revisão ordinária das garantias físicas das usinas hidráulicas, que ainda em audiência pública, já movimentou bastante os ânimos dos agentes, no sentido de não se distanciar das proteções judiciais, pois, de uma forma geral, propõe a redução da Garantia Física das usinas hidráulicas de todo o Brasil em cerca de 1.408 MW (preliminar), cabendo à Companhia uma redução de -3,4MW, também preliminar, a partir de 2018. Esse documento, previsto para dezembro de 2016, foi adiado para 2017 tendo em vista as inúmeras contribuições técnicas enviadas por agentes e associações, bem como diversas críticas questionando requisitos e "inputs" técnicos desse estudo.

Tanto quanto como foi no ano de 2015, contudo, o ano de 2016 também não apresentou uma série hidráulica favorável. Somando-se a isso, a entrada na base de despacho nacional das usinas de geração intermitente (solar, eólica e hidráulicas a fio d'água) fez com que em 2016 o GSF ("Generation Scalling Factor") médio ainda fosse elevado, com um valor de cerca de 87% (ou 13% de redução da energia assegurada das usinas), vide gráfico abaixo com a série de fatores de ajuste ("GSF") de 2016.



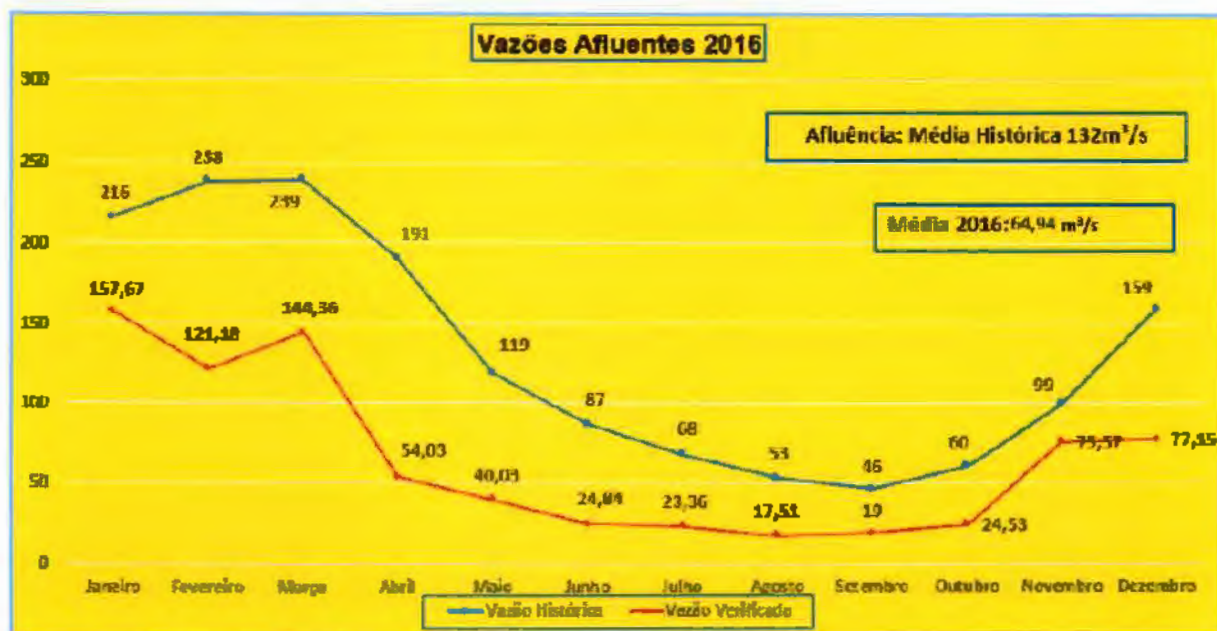
Para a Companhia, esses fatos geraram despesas não previstas de mais de R\$ 18.000 referentes às liquidações financeiras ao longo de 2016 (menores que 2015, contudo que foram da ordem de R\$ 27.000). Importante notar que apesar da Companhia estar “segurada” pela repactuação hidrológica, com um teto máximo de GSF de 10% (produto SP90), as liquidações do MRE (mecanismo de realocação de energia) também levam em conta a maior ou menor geração física (MW/h) na Usina vis a vis seus compromissos de geração, sendo esta última basicamente relacionada com a afluência hídrica local, tendo sido o ano de 2016 mais um ano bastante desfavorável. Essas últimas liquidações físicas do MRE, comparadas com a geração física, são calculadas e liquidadas à TEO (Tarifa de Energia de Otimização).

Ainda no que concerne às liquidações financeiras do MRE, registramos saídas de caixa importantes em 2016 (cerca de R\$ 7.000) para fazer face ao parcelamento das liquidações financeiras representadas a partir segundo semestre de 2015. Essas liquidações não foram desembolsadas em 2015 uma vez que a Companhia estava protegida por liminar judicial, foram, contudo, provisionadas como despesa nesse ano e pagas em 2016, em seis parcelas mensais, a partir de maio de 2016. Esse pagamento foi condição para a contratação do “seguro GSF” assinado pela Companhia em início de 2016, juntamente com a desistência das liminares relativa a esse ponto.

A afluência mensal média histórica no reservatório da usina dos últimos 83 anos se situa em cerca de 132 m³/segundo médios ao mês durante um ano típico. No ano de 2014 essa média realizada foi de 109 m³/segundo, no ano de 2015 foi de 73 m³/segundo e, por fim, em 2016 essa média mensal foi ainda menor, sendo 64,9 m³/segundo, o que explica integralmente a menor geração física despachada nesses anos.

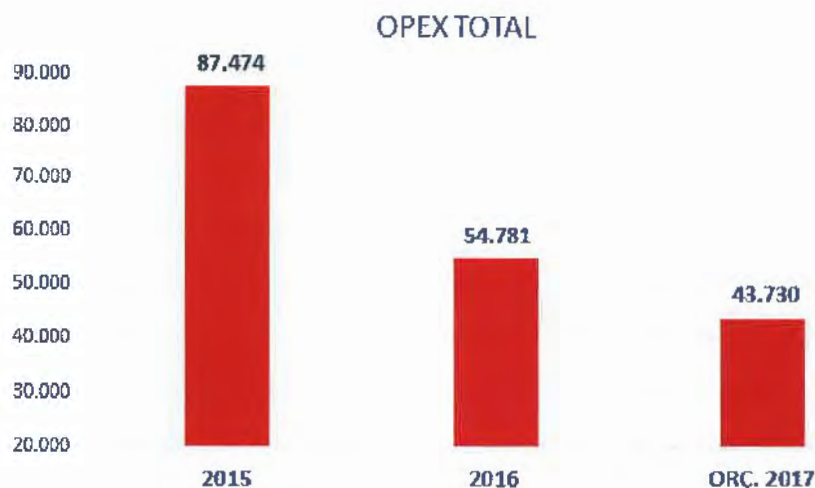
HISTÓRICO DE AFLUÊNCIA												
Vazão Histórica 1931 a 2014	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
	216	238	239	191	119	87	68	53	46	60	99	159
2006	141	171	262	280	130	86	72	56	51	142	170	263
2007	327	355	194	160	97	69	50	39	33	32	62	139
2008	170	269	275	217	103	75	55	43	41	38	65	153
2009	153	217	164	234	146	89	65	56	61	96	116	224
2010	214	144	168	155	75	56	45	35	26	53	90	216
2011	222	188	206	151	102	63	49	35	27	59	82	141
2012	249	203	150	128	83	64	46	35	36	31	45	88
2013	222	176	155	240	103	73	47	31	30	65	75	157
2014	122	136	264	274	114	72	50	37	31	23	62	123
2015	52	89	169	187	106	61	45	25	17	25	45	53
2016	158	121	144	54	40	29	24	18	19	25	76	77
Muita chuva - Boa Afluência												
Pouca chuva - Baixa Afluência												
Neutro - Afluência Normal												
Crítico - Baixíssima Afluência												

Dessa forma, uma vez registrada essa menor disponibilidade hídrica em 2016, foi gerado (despachado pelo Operador nacional do Sistema – ONS) em média 35,9 MW/mês, cerca de 48% menor do que o requisito médio de geração local (68,8 MW/mensais), o que ajuda a explicar parte das despesas com as liquidações financeiras do MRE não recorrentes, que em grande parcela pesaram negativamente no resultado da Companhia.



Nas demais usinas do Sistema Interligado Nacional (SIN) o quadro não foi muito diferente nesses anos. O Subsistema Sudeste/Centro-Oeste apresentou reservatórios com armazenamento de cerca de 33,7% de sua capacidade total em dezembro de 2016, por exemplo, semelhantes aos valores registrados em 2015 de 30% aproximadamente.

De forma a cumprir as metas do Plano de Negócios 2016, alavancar os resultados econômicos já penalizados pela menor geração hídrica e pelos desembolsos de caixa para o serviço da dívida bancária, bem como cumprir as diretrizes do Conselho de Administração, a Companhia continuou focada em sua trajetória de redução de custos, ainda mais firme. A Administração conseguiu superar as metas de redução de custos para 2016 e projeta uma redução adicional já para 2017, levando a Companhia a patamares de gastos com custeio e demais despesas bastante inferiores aos observados no passado, mesmo considerando gastos com compra de energia e provisões, vide gráfico que segue.



* INCLUI PROVISÕES E COMPRA DE ENERGIA (FORA LIQUIDAÇÃO MRE)

Os patamares alcançados em 2016, e projetados para 2017, de custeio gerenciável (Pessoal, Material, Serviços e Diversos), fora itens não completamente gerenciáveis, como liquidações financeiras do MRE e compra de energia, levam a Companhia a uma margem EBITDA recorrente (gerenciável) de mais de 79%, sendo maior que o “benchmarking” do setor de geração de energia hidráulica que se situa em torno de 74% a 75%, quando desconsiderados esses retrocitados elementos não recorrentes e não gerenciáveis. O esforço da Administração da Companhia caminha no sentido da eficiência de custos, porém mantendo-se a excelência na qualidade da energia fornecida bem como no atendimento aos seus compromissos ambientais, societários e com os demais “stakeholders”. É certo que os itens não recorrentes citados não deixaram de existir em 2016, porém, no médio prazo, a compra de energia e as liquidações financeiras do MRE tendem a reduzir substancialmente.

Nesse sentido, e fruto dos esforços empreendidos, a Administração reporta a volta do resultado econômico positivo (lucro líquido) em 2016, em um montante de R\$ 4.765, certos de que esse valor é apenas um recomeço de uma nova trajetória econômica que será bastante positiva, registrando ainda a volta da distribuição de dividendos 2016 com base nesse lucro, a pagar em 2017. A referida distribuição de dividendos foi, dentre outros, possibilitada pela redução de capital para absorção de prejuízos acumulados, anteriores a 2016, aprovada na 2ª Assembleia Geral de Acionistas, realizada em 29 de novembro de 2016. A expectativa é de uma curva crescente e sustentável de distribuição de dividendos para os próximos exercícios.

Em maio de 2016, foi também realizado pequeno ajuste no cronograma de amortização da segunda série das debêntures emitidas pela Companhia (CRUM 22), onde a amortização do principal dessa série, que começaria em junho de 2016, foi reprogramada para dezembro de 2017, sem contudo mudar o prazo final da operação (dezembro de 2022). Esse ajuste foi necessário para alinhar a capacidade de geração de caixa desse ano com seus compromissos financeiros. Não obstante essa operação de renegociação bancária, a Companhia precisou realizar operação de mútuo com seus acionistas garantidores no valor de R\$ 6.750 (a um custo de IGPM + 1% ao mês e prazo total de 5 anos) para fazer face ao giro do “working capital” em julho e agosto desse ano, uma vez que, ao longo do segundo semestre as despesas com as liquidações financeiras do MRE foram ainda maiores que as previstas.

Dado o contexto setorial acima exposto e a partir da realidade financeira específica da Companhia, em dezembro de 2016, na 7ª reunião do Conselho de Administração, foi aprovado o Plano de Negócios 2017-2019, onde fica clara a trajetória de retomada de lucratividade da Companhia, principalmente a partir de 2018, alinhada sempre com o compromisso de permanente observância à eficiência de custos e excelência operacional, cuidando também de assuntos como os desafios relacionados à revisão da

energia assegurada, aumento do prazo de concessão e revisão do reequilíbrio econômico-financeiro que a Companhia entende ser detentora.

No que concerne ao pleito impetrado na ANEEL, desde 2011, de Recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão de Uso de Bem Público nº 93/2000-ANEEL, através da dispensa dos pagamentos relacionados ao Uso do Bem Público (UBP), como forma de ressarcimento, bem como o pleito de recomposição do prazo de Outorga solicitado na mesma oportunidade, baseado no reconhecimento da excludente de responsabilidade no atraso da obra, a ANEEL, emitiu Nota Técnica (nº 898/2016-SCG/ANEEL), em 13 de dezembro de 2016, recomendando para aprovação em Diretoria o seguinte:

(i) o reconhecimento do período de 479 dias, referente ao atraso na entrada da UHE Corumbá IV, como de excludente responsabilidade da Concessionária, (ii) o aditamento ao Contrato de Concessão nº 93/2000 a fim de postergar a o prazo de concessão da outorga da usina por igual período e (iii) o indeferimento o pedido de liberação da obrigação decorrente da Cláusula Sexta do Contrato de Concessão nº 93/2000, referente ao pagamento pelo UBP.

A recomendação positiva em relação ao item “i” e “ii” se baseou na publicação, em 18 de novembro de 2016, da Lei nº 13.360 que tratava da possibilidade de postergação do prazo de outorga em caso de reconhecida excludente responsabilidade do empreendedor por atraso na implantação de empreendimento de geração. Esse reconhecimento de excludência já havia sido vislumbrado por meio da Nota Técnica nº 330/2011-SCG/ANEEL, de 16 de setembro de 2011, ocasião na qual a SCG avaliou a ocorrência de caso fortuito ou de força maior que tivesse motivado o atraso na entrada em operação comercial do empreendimento, concluindo pela excludente de responsabilidade do empreendedor no que tangia a definição do órgão ambiental responsável pelo licenciamento ambiental da UHE Corumbá IV.

A Nota técnica nº 898/2016-SCG/ANEEL, acima referida, deverá ser objeto de votação em Diretoria da ANEEL já nos primeiros meses de 2017.

No tocante ao cenário macroeconômico nacional, observamos em 2016 uma manutenção da taxa básica de juros da economia (SELIC) em patamares elevados de cerca 14,10% médios no ano. A taxa SELIC reflete em uma taxa CDI mais elevada e torna o endividamento da Companhia mais oneroso que o previsto originalmente na montagem da operação de alavancagem, uma vez que suas debêntures são atreladas ao CDI (128% do CDI). Somente ao final de 2016 a taxa SELIC começou a ser reduzida, finalizando o ano em 13,75% com viés de redução para 2017, o que poderá reduzir as despesas financeiras da Companhia. Esse viés de redução se explica em grande parte pela efetiva redução da inflação nacional bem como o recrudescimento da queda na atividade industrial. Tal tendência de redução já havia sido considerada no Plano de Negócios 2017-2019. Observamos ainda que, além do aumento do custo da dívida, o Mercado de Crédito se mostrou mais restritivo e seletivo para eventuais novas estruturas e/ou rolagens financeiras até então. A renegociação do cronograma de amortização das debêntures (série CRUM22) efetivada pela Companhia nesse ano pode ser considerada bastante exitosa se levarmos em conta as dificuldades retrocitadas bem como a manutenção das taxas originais da operação.

A recessão econômica que se recrudescceu nesse ano não afetou diretamente a Companhia uma vez que suas receitas são travadas em um contrato de compra e venda de energia de longo prazo. O início da redução da taxa de inflação, também nesse ano, tem um potencial de estabilizar os gastos operacionais da Companhia, contribuindo para melhora dos resultados, porém, do ponto de vista da receita, ela indica já para abril de 2017 um menor aumento do preço de venda do Contrato de Compra e venda de Energia da Companhia com a CEB Distribuição S.A., sendo sua principal fonte de receita.

No tocante à disponibilidade de geração registra-se em 2016 a continuidade de uma Taxa Média de Disponibilidade da Usina bastante elevada, em torno 97%, sendo um dos maiores valores desde a entrada em operação comercial. Essa disponibilidade elevada é reflexo do compromisso com a qualidade e regularidade do fornecimento de energia, reflexo de um trabalho de manutenção e operação eficientes e, ainda, reflete em potenciais menores reduções da garantia física, em uma eventual continuidade do processo de revisão ordinária da garantia física.

Demais parâmetros operacionais na Usina e da Linha de Transmissão se situaram dentro dos padrões esperados, sem manutenções corretivas relevantes no ano de 2016, tendo inclusive passado por fiscalização da ANEEL sem ressalvas. O monitoramento de estabilidade da barragem continua apontando a mesma dentro dos padrões de segurança esperados, sem apontamentos relevantes, sendo inclusive utilizada pelas seguradoras como referência de estabilidade, reduzindo o prêmio pago nos seguros de risco operacional.

A Companhia, em linha com as melhores práticas de recursos humanos e ciente de que o seu valor é potencializado através dos seus colaboradores, deu continuidade ao desenvolvimento e valorização da sua equipe, seja investindo em treinamento (cerca de 1.300 horas), seja compartilhando resultados ou mesmo enfatizando o aperfeiçoamento dos seus processos de Administração de Pessoas.

Em consonância com estes valores, promoveu ainda o Programa de Educação Ambiental para o Trabalhador (320 horas de capacitação), capaz de fomentar o pensamento sustentável e ambientalmente correto dentro da Companhia.

Em atenção à saúde do trabalhador, além dos benefícios tradicionais oferecidos pela empresa, realizou duas campanhas de vacinação que imunizaram 100% dos trabalhadores contra a Gripe e todos que se encontram lotados em região endêmica contra a Febre Amarela.

A Companhia também estimulou a integração da equipe e o pensamento criativo de seus colaboradores promovendo um concurso cultural para a escolha do nome de um importante projeto da área de Meio Ambiente, promovendo um ambiente saudável entre os colaboradores e de troca de experiências.

A Administração, por fim, acredita que com a continuidade da trajetória de eficiência nos gastos e, principalmente, focando no trabalho dedicado de condução da Companhia ao longo dos desafios regulatórios e jurídicos que se avizinham, continuará a sua trajetória de lucratividade retomada nesse ano de 2016. Sempre atentos às oportunidades comerciais para minimizar possíveis efeitos negativos de uma nova baixa disponibilidade hídrica, da mesma forma, a Companhia continuará a zelar pela excelência técnica bem como a manutenção das melhores práticas de governança corporativa. O atendimento aos Programas Ambientais preconizados em sua Licença de Operação (LO), da mesma forma, seguirão sendo cumpridos, com estrito senso de manutenção do bom relacionamento e eficiência da Companhia com a Sociedade e o meio ambiente.

Testes de “impairment”:

Como veremos também nas notas das demonstrações financeiras que seguem, em linha com o previsto na CPC 01, a Administração, mesmo julgando desnecessária a reavaliação de seus ativos não financeiros, procedeu com a análise do valor presente da projeção dos fluxos de caixa gerados pela Companhia, chegando a valores até mesmo superiores àqueles contabilizados no seu imobilizado.

Seguindo-se ainda a CPC 01 no seu item 10 (que lista os principais indicadores de “impairment”) a Administração ressalta no caso prático:

A - Principais Indicadores Externos de “impairment”:

- (i) O valor de mercado de um ativo diminuiu sensivelmente: Não se aplica;
- (ii) Mudanças significativas com efeito adverso sobre a Concessionária ocorreram no ambiente tecnológico, de mercado, econômico, legal no qual a Concessionária opera ou no mercado para o qual é utilizado o ativo: De forma conservadora, como já explicitado, mesmo a MP 579 e a lei 12.783/2013 não alcançar a Companhia, o valor em uso (avaliados pela sua geração futura de caixa) dos seus ativos está corretamente contabilizada.
- (iii) As taxas de juros de mercado ou outras taxas de mercado de retorno sobre investimentos aumentaram durante o período: A Administração entende que o que aumentou no mercado foi a percepção de risco em alguns setores, o que não se aplica no setor de energia elétrica;
- (iv) O valor contábil do patrimônio líquido da Concessionária é maior do que o valor de suas ações no mercado: Não se aplica.

B - Principais Indicadores Internos de “impairment”:

- (i) Evidência de obsolescência ou dano físico de um ativo: Não se aplica;
- (ii) Mudanças significativas, com efeito adverso sobre a Concessionária, ocorreram durante o período, ou devem ocorrer em futuro próximo, na medida ou maneira em que um ativo é ou será utilizado: Não se aplica;
- (iii) Evidência, proveniente de relatório interno, que indique que o desempenho econômico de um ativo é ou será pior que o esperado: Não existe evidência.

A Concessionária continua investindo nas melhores práticas de governança corporativa, na mitigação e controle de riscos operacionais, trabalhistas, ambientais e financeiros. Os seguintes institutos são perenes na Concessionária:

- Comitê de Riscos (trimestral): Fórum de discussão, análise e decisão acerca das estratégias frente às contingências cíveis e/ou trabalhistas;
- Processo de Compras e Contratação: Implantado e em funcionamento “workflow” informatizado de compras e aquisições e relacionamento com Fornecedores, visando a transparência, redução de custos e imparcialidade no relacionamento com os Fornecedores. Inclui Banco de dados de contratos para maior gestão e rapidez na tomada de decisões.
- Divulgação via Intranet para os acionistas, empregados e Fornecedores dos documentos pertinentes a cada parceiro da Concessionária, incluindo normas, documentos societários, demonstrações financeiras, entre outros.
- Mapeamento anual na Usina, com vistas aos seguros operacional e cível, dos diversos riscos físicos envolvidos nas operações rotineiras associados a cada estrutura ou equipamento, principalmente as grandes estruturas.
- Comitê ambiental: Reuniões mensais para análise, discussão e desenho de estratégias de atuação na área socioambiental. Incluindo ainda a coordenação dos projetos de DRS (Desenvolvimento Regional Sustentável).

À título de nota, é importante frisar ainda que no ano de 2016, a Concessionária, através de seus advogados bem como com o acompanhamento do Comitê de Riscos, fez gestão dos riscos jurídicos contingentes, subsidiando com informações os eventuais ajustes nas provisões para esses riscos de acordo com a NPC 22.

Meio Ambiente

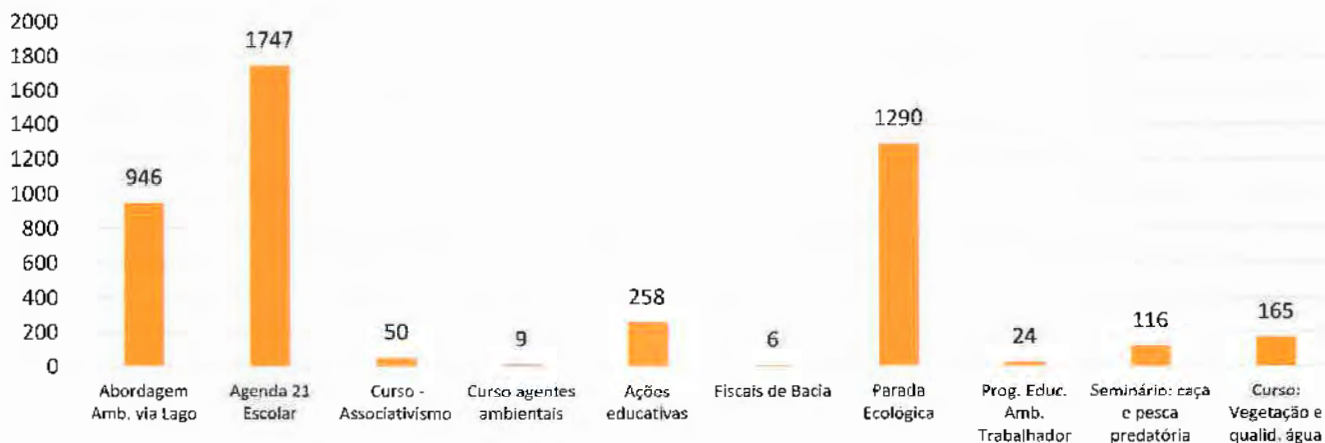
Visando atender as condicionantes estabelecidas na Licença de Operação (LO) nº 514/2005 – 1ª Renovação – 1ª Retificação, concedida pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), a Companhia desenvolve ações de caráter social e ambiental, buscando a sustentabilidade econômica para o reservatório e seu entorno. As ações desenvolvidas nos Programas Ambientais, são implementadas por equipe multidisciplinar e por empresas especializadas, sob a orientação e coordenação do Diretor Presidente. Para mitigar e controlar os impactos causados pelo reservatório da Usina, tais ações estão agrupadas em Programas dos Meios Socioeconômico, Físico e Biótico e foram desenvolvidas ao longo de 2016, conforme quadro abaixo:

PROGRAMAS DO MEIO SOCIOECONÔMICO

EDUCAÇÃO AMBIENTAL

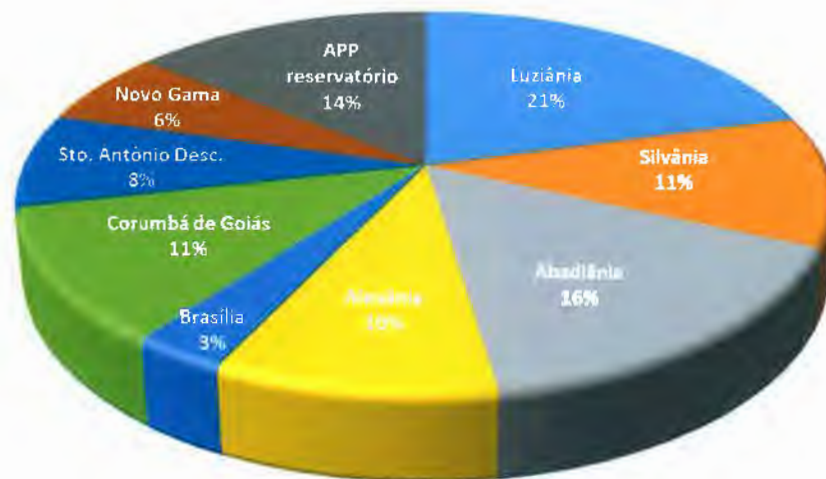
O Programa de Educação Ambiental (PEA) beneficiou diretamente 5.204 pessoas em 2016. Foram diversas as linhas de ação que promoveram a capacitação, a aprendizagem e a reflexão para a mudança de atitudes em relação ao meio ambiente.

BENEFICIADOS PELO PEA



- As Abordagens via Lago e as Paradas Ecológicas aconteceram nos sete municípios de abrangência do reservatório, conscientizando turistas e frequentadores do lago, sobre descarte adequado do lixo, preservação da APP do reservatório, respeito a cultura local, entre outros;
- As ações educativas (cursos) ocorreram em Luziânia e em Abadiânia, enquanto que o seminário de combate a caça e pesca predatórias ocorreu em Luziânia e em Alexânia;
- O curso de associativismo foi uma demanda dos municípios de Abadiânia, Santo Antônio do Descoberto e Silvânia;
- O curso vegetação e qualidade de água aconteceu em Abadiânia, Corumbá de Goiás e Luziânia;
- Os cursos para agentes ambientais ocorreram em Brasília, enquanto que o curso para fiscais de bacia e o PEAT ocorreram em Luziânia;
- A agenda 21 escolar foi trabalhada em todos os sete municípios do entorno do reservatório.

AÇÕES DO PEA POR MUNICÍPIO



COMUNICAÇÃO SOCIAL

Em 2016 a Comunicação Social produziu duas edições do Informativo UHE Corumbá IV, sendo uma especial de 10 anos de operação da UHE Corumbá IV, com distribuição total de 12.500 exemplares no entorno do reservatório. Foram produzidas 68 matérias ao longo do ano, sendo que 27 foram resultados de cobertura de ações socioambientais da empresa. Essas matérias foram replicadas 88 vezes por outras mídias do entorno e DF, tais como:

- Jornal A Voz e Rádio Rio Vermelho, no município de Silvânia;
- SAD News e Catálogo SAD, no município de Sto. Antônio do Descoberto;
- Capital do Entorno, abrange os municípios de Sto. Antônio do Descoberto; Luziânia, Novo Gama, Alexânia e Abadiânia);
- Rádio Serra, no município de Corumbá de Goiás;
- Correio Braziliense e TV Brasília, em Brasília;
- Cana Energia e Rádio Nacional, em todo Brasil.

SEGURANÇA E ALERTA

Os funcionários da Usina receberam os seguintes treinamentos:



ALTERNATIVA PRODUTIVA

- **Projeto Água Viva:** Visa ensinar os produtores rurais a preservar ou recuperar as suas nascentes, construir barraginhas e construir fossas ecológicas, de forma a garantir água no futuro e manter suas terras produtivas e valorizadas. A barraginha é uma espécie de bacia escavada na terra que possui a função de coletar água das chuvas e permite transportá-la para o subsolo para abastecer

o lençol freático e abastecer as nascentes. Nas capacitações para construção de fossas ecológicas, os participantes apreendem uma alternativa saudável de saneamento básico para a área rural. Em 2016, foram realizadas as capacitações para a construção de 14 barraginhas em Alexânia e 2 em Novo Gama. Também foram plantadas 1200 árvores nativas do Cerrado para recuperação das nascentes.



Em 2016, foram realizadas as capacitações para a construção de 14 barraginhas em Alexânia e 2 em Novo Gama. Também foram plantadas 1200 árvores nativas do Cerrado para recuperação das nascentes.

- **Viveiros-Escola:** Foi um projeto concluído em 2015, quando os viveiros foram entregues às comunidades envolvidas, as quais deram continuidade a produção e vendas das mudas. Os viveiros tornaram-se fornecedores de mudas para a Companhia, que comprou, durante o ano de 2016, 800 mudas de diferentes espécies do Cerrado para o projeto Água Viva e as ações de recuperação de nascentes do PEA.

ENERGIA COM RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL



A Companhia é uma das patrocinadoras do Programa Agrinho e esteve presente em todas as etapas realizadas durante o ano. Em 2016, 152 professores de escolas municipais do entorno da UHE Corumbá IV foram capacitados e replicaram o tema trabalhado com seus alunos. No total foram 1.102 alunos e professores beneficiados com Programa, desenvolvendo redações, desenhos e projetos pedagógicos com o Tema: "Água: preservação e uso no campo e na cidade", concorrendo à premiação no final do ano. As escolas de Alexânia enviaram 316 trabalhos, Corumbá de Goiás enviou 115, Luziânia enviou 518 e Novo Gama enviou 1 trabalho. Entre os 312 finalistas do concurso, que abrangeu todo o Goiás, 8 foram de Luziânia e 2 de Alexânia.



Para a Campanha de Saúde de Corumbá de Goiás foram doadas 300 camisetas, investida e panfletos educativos sobre riscos de doenças transmitidas por vetores. Os agentes de saúde visitaram 5.016 casas da área rural e urbana para orientações no combate a endemias, como a dengue, a zika e a doença de chagas.



A 11ª Cavalcada Ecológica, festa tradicional de Silvânia, recebeu da CC5A 300 Camisetas para os cavaleiros.



Realizou-se uma doação de 450 brinquedos para a escola Carlos Alberto Brandão Ferreira, no município de Luziânia.

FISCALIZAÇÃO

Este monitoramento visa levantar e encaminhar ao Ibama (órgão fiscalizador) as irregularidades na Área de Preservação Permanente (APP) do reservatório da UHE Corumbá IV. Durante 2016 a Companhia implementou um novo sistema de coleta de dados através de um aplicativo de geoprocessamento, com o qual é possível enviar informações de irregularidades, em tempo real, do campo para o escritório.

Foram registradas as seguintes ocorrências: abertura e reabertura de estradas sem autorização da empresa, rampas de acesso ao reservatório, construção de casas, plantação exótica, desmatamento, construção de cerca, instalação de rede elétrica, churrasqueiras, perfuração de cisterna ou poço artesiano, construção de fossa, estacionamento, retirada de água, presença de gado, acampamentos, pesca predatória. A Companhia contou com o apoio do Ibama, que realizou quatro campanhas no entorno do reservatório, para fiscalização das ocorrências citadas.

PACUERA

O Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno de Reservatórios Artificiais (Pacuera) é um documento que visa orientar moradores e frequentadores do entorno da UHE Corumbá IV quanto à ocupação e uso do solo de forma a não prejudicar o Cerrado, a qualidade da água e o solo. A CCSA divulga o Pacuera, principalmente por meio dos Programas de Comunicação Social e Educação Ambiental, dando ênfase às regras para uso responsável do lago e de sua Área de Preservação Permanente-APP. A Companhia disponibiliza em sua homepage as normas e também um formulário para solicitação de regularização de acessos na APP.

PROGRAMAS DOS MEIOS FÍSICO E BIÓTICO

QUALIDADE DA ÁGUA

O monitoramento da qualidade da água do reservatório e de seus tributários é realizado trimestralmente na rede amostral composta por 23 pontos, distribuídos da seguinte forma:



13 pontos nos rios tributários e 1 à jusante do barramento



8 pontos no reservatório Corumbá IV



1 ponto no lançamento de esgoto da ETE Sto Antônio do Descoberto-GO.

No geral, a qualidade da água do reservatório se enquadra nas classes 2 e 3 da Resolução Conama 357/05, que são classes estipuladas para o tipo de uso do reservatório. Entretanto, alguns tributários, como Descoberto e Antas, não se enquadraram nessas classificações, devido ao despejo de esgoto das estações de tratamentos de esgoto localizadas a montante dos referidos rios.

PROCESSOS EROSIVOS DAS ENCOSTAS MARGINAIS

As encostas marginais do reservatório são vistoriadas diariamente para monitoramento de 18 focos erosivos, sendo 15 focos controlados e 2 focos ativos de baixa vulnerabilidade. Até 2016 somam-se 52 focos erosivos recuperados.

MONITORAMENTO CLIMATOLÓGICO

Sem registros de alteração no microclima da região de influência da UHE Corumbá IV.

LENÇOL FREÁTICO

A rede de monitoramento é composta por 07 piezômetros instalados no entorno do reservatório. Conforme esperado, o nível estático do lençol freático na área de influência do reservatório da UHE Corumbá IV aumentou com o enchimento do reservatório e apresenta tendência à estabilização de seu nível.

MONITORAMENTO SISMOLÓGICO

Sem registros de abalo sísmicos na área de influência do reservatório da UHE Corumbá IV.

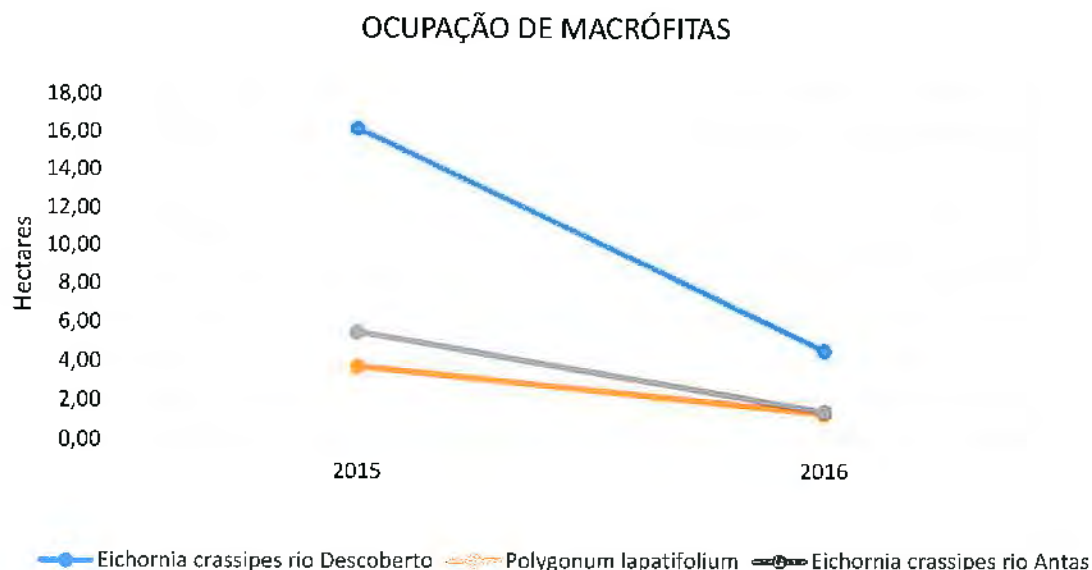
MACRÓFITAS ÁQUATICAS

O monitoramento é realizado, trimestralmente, para acompanhamento da proliferação de macrófitas ou aguapés no reservatório e para auxiliar o controle de sua biomassa, a qual é retirada do espelho d'água, atualmente, por um tipo de embarcação construída especificamente para remoção de plantas aquáticas.



O barco, importado com o objetivo de modernizar e otimizar o processo de remoção de macrófitas do reservatório, foi um sucesso.

Em 2016, houve uma redução significativa de área ocupada por macrófitas no reservatório, principalmente no rio Descoberto, como é possível observar no gráfico abaixo:



Foram retiradas do rio Descoberto cerca de 26.000 toneladas de macrófitas e a Unidade de Compostagem de Aguapés produziu 11.925 kg de biofertilizantes, através da compostagem desse material vegetal. Este composto foi utilizado nos plantios do projeto Água Viva e doados aos Viveiros-Escola e prefeituras do entorno.

HIDROSSEDIMENTOLOGIA

Para acompanhamento do aporte de sedimentos ao reservatório, as medições são realizadas trimestralmente, em 6 estações hidrométricas instaladas nos principais tributários, à montante do reservatório.



Em atendimento à Resolução Conjunta nº 03 ANA-ANEEL (2010), o monitoramento é realizado, diariamente, através dos dados coletados por sensores automáticos e enviados por satélite para uma central terceirizada.

Corumbá Concessões S.A.

**Demonstrações financeiras e relatório da
administração**

Dezembro de 2016

Corumbá Concessões S.A.
Balanco patrimonial em 31 de dezembro
 Em milhares de reais

Ativo	2016	2015	Passivo e patrimônio líquido	2016	2015
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 3)	2.690	19.477	Fornecedores (Nota 10)	4.615	7.921
Contas a receber (Nota 4)	19.417	12.399	Debêntures (Nota 11)	414.663	65.750
Adiantamentos	125	668	Empréstimos e financiamentos (Nota 12)	740	
Tributos a recuperar (Nota 5)	11.333	9.523	Pesquisa e desenvolvimento – P&D (Nota 13)	1.792	1.981
Despesas antecipadas (Nota 6)	1.019	948	Obrigações trabalhistas e sociais	515	810
Outros ativos (Nota 7)	1.424	1.513	Obrigações tributárias (Nota 5 (c))	1.064	3.522
	<u>36.008</u>	<u>44.528</u>	Compromisso com outorga – Uso do bem público (Nota 14)	1.461	1.335
			Dividendos propostos (Nota 17 (c))	453	
			Outros passivos	611	172
				<u>425.914</u>	<u>81.491</u>
Não circulante			Não circulante		
Realizável a longo prazo			Fornecedores (Nota 10)	131	131
Tributos diferidos (Nota 5)	55.481	56.831	Debêntures (Nota 11)		381.729
Tributos a recuperar (Nota 5)	979	979	Empréstimos e financiamentos (Nota 12)	8.446	399
Despesas antecipadas (Nota 6)	8.303	7.064	Provisão para causas judiciais (Nota 15)	47.473	44.603
Cauções e depósitos vinculados (Nota 11)	17.023	18.450	Compromisso com outorga – Uso do bem público (Nota 14)	26.546	25.599
Depósitos judiciais (Nota 15 (a))		19	Pesquisa e desenvolvimento – P&D (Nota 13)	557	1.091
	<u>81.786</u>	<u>83.343</u>	Obrigações tributárias (Nota 5 (c))	2.565	2.398
			Adiantamento para futuro aumento de capital (Nota 16)	41.427	41.427
Imobilizado (Nota 8)	585.721	596.742		<u>127.145</u>	<u>497.377</u>
Intangível (Nota 9)	7.318	7.716	Patrimônio líquido (Nota 17)		
	<u>674.825</u>	<u>687.801</u>	Capital social	171.517	235.259
			Ajuste de avaliação patrimonial	(16.292)	(16.292)
			Reservas de lucro	2.549	
			Prejuízos acumulados		(65.506)
				<u>157.774</u>	<u>153.461</u>
Total do ativo	710.833	732.329	Total do passivo e do patrimônio líquido	710.833	732.329

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Corumbá Concessões S.A.
Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2016	2015
Operações continuadas		
Receita líquida (Nota 19)	170.327	141.554
Custo dos serviços de energia elétrica (Nota 20)	(79.065)	(73.495)
Lucro bruto	91.262	68.059
Resultado operacional		
Despesas administrativas (Nota 21 (a))	(6.282)	(9.288)
Outras despesas administrativas		
Constituição provisão (Nota 21 (b))	(2.870)	(42.439)
Lucro operacional antes do resultado financeiro	82.110	16.332
Receita Financeira (Nota 22)	3.974	3.756
Despesa Financeira (Nota 22)	(79.726)	(78.040)
Lucro / (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	6.358	(57.952)
Imposto de renda e contribuição social – corrente (Nota 5 (b))	(243)	(5.920)
Imposto de renda e contribuição social – diferido (Nota 5 (b))	(1.350)	25.244
Lucro Líquido / (prejuízo) do exercício	4.765	(38.628)
Quantidade de ações ao final do exercício – Em milhares	566.248	566.248
Lucro Líquido/ (prejuízo) do exercício por lote de mil ações – Em reais	8,41	(68,22)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Corumbá Concessões S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Em milhares de reais

	Capital social	Ajuste de avaliação patrimonial (Nota 13 (d))	Reservas de lucros Legal	Retenção de lucros	Lucro/Prejuízo acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2014	235.259	(16.292)			(26.877)	192.090
Prejuízo do exercício					(38.628)	(38.628)
Em 31 de dezembro de 2015	235.259	(16.292)			(65.505)	153.462
Absorção do prejuízo (Nota 17 (e))	(63.742)				63.742	
Lucro do exercício					4.765	4.765
Constituição de Reservas			238	2.311	(2.549)	
Dividendos propostos					(453)	(453)
Em 31 de dezembro de 2016	171.517	(16.292)	238	2.311		157.774

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Corumbá Concessões S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro
 Em milhares de reais

	2016	2015
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	6.358	(57.952)
Ajustes		
Depreciação e amortização	15.288	18.898
Constituição de provisões	2.870	50.720
Juros, variações monetárias sobre empréstimos	75.753	75.107
 Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber	(7.018)	36.340
Fornecedores	(3.306)	(1.868)
Tributos a recuperar	(1.810)	(914)
Despesas antecipadas	(1.310)	(7.895)
Outros ativos e passivos	(397)	(4.045)
 Caixa proveniente das operações		
Imposto de renda e contribuição social pagos	(39)	
Juros pagos	(73.418)	(75.128)
 Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	12.971	33.263
Fluxos de caixa das atividades investimentos		
Aquisições de bens do ativo imobilizado (*)		
Outros	(3.565)	(27)
 Caixa líquido aplicado nas atividades investimentos	(3.565)	(27)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Amortização de financiamentos	(34.501)	(28.473)
Captação de recursos (Nota 12)	8.308	399
Dividendos pagos		
 Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	(26.193)	(28.074)
 Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	(16.787)	5.162
 Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	19.477	14.315
 Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	2.690	19.477

(*) Os valores apresentados referem-se ao efetivo desembolso de caixa/equivalentes de caixa conforme exemplo da página 24 do CPC 03.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Corumbá Concessões S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Informações gerais

A Corumbá Concessões S.A. ("Companhia") foi constituída em 6 de setembro de 2000 e tem por objeto social a atividade de exploração do Aproveitamento Hidrelétrico Corumbá IV, através de um empreendimento de construção e exploração de geração de energia elétrica da USINA CORUMBÁ IV, situado no rio Corumbá, no Município de Luziânia, Estado de Goiás, para a produção de energia elétrica e demais obras complementares.

O Contrato de Concessão, firmado com a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL em 8 de dezembro de 2000, garante à Companhia o direito de exploração do potencial de energia elétrica da Central Geradora Corumbá IV, com potência instalada de 127 MW. Em 2014, após estudos e testes técnicos a mesma foi elevada para 129,6 MW. O Contrato de Concessão prevê que a energia elétrica produzida pela Central Geradora Corumbá IV pode ser comercializada ou utilizada pela Companhia. A Concessão tem prazo de 35 anos, podendo ser prorrogada. Esse aumento na potência se refletiu em energia assegurada no montante de 0,6 MW médios, que foram registrados na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE como margem de "energia de segurança" (não contratada).

A Companhia obteve a Licença de Operação – LO em 22 de dezembro de 2005 do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis – IBAMA. A geração comercial da 2ª unidade iniciou-se em 01 de abril de 2006 e da 1ª unidade no dia 8 de abril de 2006. Na data de 18 de abril de 2012 o IBAMA divulgou o documento, renovando a Licença de Operação nº 514/2005 – 1ª Renovação, com validade de 18/04/2012 a 18/04/2018. Após novos estudos de viabilidade técnica, na data de 26 de março de 2014, foi emitida a 1ª Retificação da Licença de Operação nº 514/2005 – 1ª Renovação, autorizando o alteamento da cota de operação máxima normal para 842,60m.

A Companhia atua focada nas metas e ações correspondentes, definidas pelo Conselho de Administração, através dos planos de negócios aprovados, administrando seus recursos de forma otimizada, procurando progressivamente adequar sua estrutura patrimonial, prazos e custos, rentabilizando o empreendimento. Dentre as principais ações tomadas e previstas pela administração buscando esses objetivos, destacam-se:

- . Redução do custeio a níveis de excelência;
- . Otimizar os resultados da operação comercial, inclusive atuando sobre ações anteriores no intuito de buscar melhorias operacionais;
- . Buscar parcerias com órgãos regulatórios de forma a vislumbrar alternativas de eficiência energética;
- . Firmar parcerias junto às comunidades vizinhas e órgãos de fiscalização de forma a manter o lago e seu entorno preservado ambientalmente;
- . Rebalancear o capital de giro líquido, reduzindo o passivo circulante progressivamente e os custos de financiamentos, adequando à capacidade de geração de caixa operacional;
- . Investir em processos de governança corporativa (código de ética, manual do fornecedor, processo de compras e contratos, Intranet Corporativa, etc.); e
- . Buscar aumentos de receitas na geração de energia elétrica, via aumento de energia assegurada e aumento do prazo de concessão.

A Companhia obteve sucesso nas tratativas para reprogramação das amortizações de principal das debêntures em 2016 da 2ª série das debêntures em 18 meses, mantendo-se, contudo, a data final da operação.

Corumbá Concessões S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia na condição de associada da Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica – APINE, foi beneficiada em julho/2015 pela liminar proferida nos autos do processo nº. 34944-23.2015.4.01.3400, em trâmite na 20ª Vara Federal, que teve por objeto o fim da cobrança das Liquidações Financeiras associadas ao recente aumento do GSF (“Generating Scaling Factor”). Com a alternativa de repactuação do risco hidrológico (“seguro” contra GSF) oportunizada pela Lei 13.203/2015, bem como as normatizações estabelecidas pela ANEEL, a Companhia após estudos técnicos, e as devidas aprovações nas esferas competentes, optou por assinar a repactuação hidrológica com o produto SP90 (consolidada no despacho ANEEL nº 215 de janeiro de 2016), que, em linhas gerais, limita o risco hidrológico (GSF) futuro a um montante máximo de perda de 10% da sua energia assegurada, isenta a Companhia do pagamento do prêmio desse seguro até 07 de dezembro de 2035 e, ainda, estende a Concessão em 36 dias, passando a mesma para 12 de março de 2036. Com a opção de repactuação, a Companhia desiste da liminar judicial que a protegia do GSF (Nota 6).

No plano de negócios atual, a renegociação das debêntures em 2016 seria suficiente para casar o fluxo de caixa nesse ano tendo em vista, inclusive, venda de energia que é fruto da sobra do hedge energético contratado. Porém, descasamentos ainda restantes de caixa, dado ainda a liquidações financeiras do MRE elevadas, foram supridos com aporte de recursos dos Acionistas, em agosto/2016 no montante de R\$ 6.750, na forma de mútuos (Nota 12), a um custo de IGPM + 1% a.m com carência de 36 meses e 24 meses para pagamento.

Não obstante a classificação temporária do saldo de debentures do não circulante para o circulante em 2016, (nota 11), a Companhia já iniciou tratativas comerciais com os debenturistas para obtenção de “waiver” desse ponto e os mesmos manifestaram positivamente, já tendo inclusive, em 31 de janeiro de 2017, iniciado os tramites internos com vistas a flexibilização desses “covenants” e ao mesmo tempo anuência para o não cumprimento em 2016. A minuta da Assembleia Geral do Debenturistas, resolvendo esta situação já está pronta em fase de recolher as assinaturas.

Com as metas de redução de custos alcançadas em 2016 e planejadas para 2017, a Companhia registra lucro em 2016 e uma trajetória de estabilidade de caixa futuro. O Capital Circulante Líquido (CCL) negativo se explica pela reclassificação das debentures do não circulante para o circulante, fato este que já está sendo objeto de renegociação com os debenturistas.

2 Resumo das principais políticas contábeis

2.1 Base da preparação

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas em 07 de março de 2017.

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e normas aplicáveis às empresas concessionárias do serviço público de energia elétrica, estabelecidas pelo Poder Concedente, Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, e evidencia todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de ativos e passivos financeiros é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações financeiras da Companhia incluem, portanto,

Corumbá Concessões S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

estimativas referentes à seleção das vidas úteis do ativo imobilizado, provisões necessárias para causas judiciais, determinações de provisões para imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, provisões para cobrança das Liquidações Financeiras associadas ao recente aumento do GSF ("Generating Scaling Factor"), avaliação de impairment dos ativos fixos e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas (Nota 2.18).

Não ocorreram movimentações em "Outros resultados abrangentes", dessa forma não foi requerida a divulgação da Demonstração de Resultado Abrangente para a Companhia.

2.2 Caixa e equivalentes de caixa

Incluem os saldos em caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

2.3 Ativos circulante e não circulante

Os direitos são demonstrados pelos valores de realização, incluídos os rendimentos e as variações monetárias incorridos e deduzidos das correspondentes rendas a apropriar, quando aplicáveis.

2.4 Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência.

2.5 Ativos financeiros

Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: empréstimos e recebíveis e em ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos, no reconhecimento inicial, determinado pela administração.

Empréstimos e recebíveis

Incluem-se nessa categoria os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos no ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data-base do balanço (estes são classificados no ativo não circulante). Os recebíveis da Companhia compreendem contas a receber de clientes, demais contas a receber e caixa e equivalentes de caixa, exceto os investimentos de curto prazo. Os recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Os ativos dessa categoria são classificados no ativo circulante. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no período em que ocorrem. Estão incluídas nessa categoria as aplicações financeiras classificadas em Caixa e equivalentes de caixa.

Corumbá Concessões S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros, mensurados ao valor justo através do resultado, são apresentados na demonstração do resultado no período em que ocorrem.

A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de perda (*impairment*) em um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros.

2.6 Contas a receber

As contas a receber de clientes são avaliadas no momento inicial, pelo valor presente e deduzidas, quando for o caso, da provisão para créditos de liquidação duvidosa. A provisão para crédito de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que os clientes não serão capazes de liquidar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. Não há evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de receber todos os valores de acordo com os prazos originais das contas a receber.

2.7 Redução ao valor recuperável de ativos

O imobilizado e outros ativos não monetários são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável será calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados em uma única unidade geradora de caixa. Não foram identificadas evidências de perdas não recuperáveis nesses ativos.

2.8 Intangível

As relações contratuais e o Direito de Uso do Bem Público - UBP, são reconhecidas pelo valor justo, têm vida útil finita e são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada usando o método linear durante o período de concessão.

2.9 Imobilizado

A Companhia registra seus bens pelo custo de aquisição em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, Portaria DNAEE nº 815, de 30 de novembro de 1994, atualizada pela Resolução ANEEL nº 15 de 24 de dezembro de 1997 e pela Resolução Normativa nº 367 de 02 de junho de 2009, sendo depreciados pelo método linear com base na vida útil econômica estimada, conforme às taxas mencionadas na Nota 8.

Corumbá Concessões S.A.

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2016**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os custos dos encargos sobre empréstimos tomados para financiar a construção do imobilizado foram capitalizados durante o período necessário para executar e preparar o ativo para o uso pretendido.

2.10 Contas a pagar aos fornecedores

São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas no passivo circulante se o pagamento for devido no período de até um ano. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.11 Empréstimos, financiamentos e debêntures

Os empréstimos e financiamentos tomados são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo no recebimento dos recursos líquidos dos custos da transação. Estão demonstrados pelos valores devidos de contratação, acrescidos dos encargos pactuados, que incluem juros e atualização monetária ou cambial incorridos.

Os empréstimos e financiamentos são classificados no passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data-base do balanço (Nota 11 e 12).

2.12 Provisões

Provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando:

- . a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados;
- . é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e
- . o valor tiver sido estimado com segurança.

As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação, relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de tributos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.13 Depósitos judiciais

Os depósitos são registrados e apresentados como dedução do valor de um correspondente passivo constituído, quando não houver possibilidade de resgate dos depósitos, a menos que ocorra desfecho favorável da questão para a Companhia.

Corumbá Concessões S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.14 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os tributos correntes e diferidos. Os tributos são reconhecidos na demonstração do resultado.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferença entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados, usando-se alíquotas de tributos (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo tributo diferido ativo for realizado ou quando o tributo diferido passivo for liquidado.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

Os tributos diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os tributos diferidos ativos e passivos se relacionam com os tributos incidentes pela mesma autoridade tributável, sobre a entidade tributária ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida.

2.15 Compromisso de outorga – Uso do bem público

O saldo de compromisso de outorga é registrado pelo valor presente das contraprestações das obrigações constantes no contrato de concessão.

2.16 Passivos circulante e não circulante

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, das variações nas taxas de câmbio e das variações monetárias incorridos.

2.17 Adiantamento para Futuro Aumento de Capital

Os adiantamentos para futuros aumentos de capital realizados, sem que haja a possibilidade de sua devolução, são registrados no Patrimônio Líquido, após a conta de capital social. Caso haja qualquer possibilidade de sua devolução, são registrados no Passivo Não Circulante.

2.18 Estimativas e premissas críticas

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos, estão contempladas a seguir.

Provisão da GSF

Em 2015, a Companhia realizou provisão para despesas com as liquidações financeiras no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), relacionadas ao aumento do GSF ("Generating Scaling Factor"), suspensas por meio de liminar judicial, para o período de agosto a dezembro de 2015, no montante de R\$ 8.282 (registrados na conta custo de energia elétrica), calculados com base na

Corumbá Concessões S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

aplicação do GSF divulgado sobre a energia sazonalizada no período, multiplicados pelos Preços de Liquidação das Diferenças (PLD's) médios do subsistema Sudoeste/Centro-Oeste. Este montante da provisão foi revertido com a realização da despesa em 2016.

Revisão da vida útil do ativo imobilizado

Para estimativas referentes ao tempo de vida útil do ativo imobilizado, utilizamos as taxas da Resolução Normativa nº 367 da ANEEL de forma prospectiva.

Recuperação do imposto de renda, contribuição social e outros impostos diferidos

Julgamento e estimativas significativos da administração são requeridos para determinar o valor dos tributos diferidos ativos que podem ser reconhecidos, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros.

A Companhia, estima por meio de estudos financeiros internos que a implementação do plano de ação referente em conjunto com os resultados positivos de suas operações, gerarão lucro tributário que será suficiente para compensar os tributos diferidos (diferenças temporárias, base negativa e prejuízos fiscais) no prazo aproximado de 4 anos.

3 Caixa e equivalentes de caixa

	2016	2015
Caixa	5	9
Banco BTG Pactual – Conta	2.624	2.187
Banco do Brasil S.A. – Conta corrente	61	960
Banco Bradesco – Aplicação financeira (a)		16.321
	2.690	19.477

(a) As aplicações financeiras são operações compromissadas, contratadas a taxas de mercado, e estão atualizadas pelo valor contratual (juros + correção), reconhecidos proporcionalmente até a data das demonstrações financeiras, com liquidez imediata

4 Contas a receber

	2016	2015
CEB Distribuição S.A. (i)	18.318	12.399
Outros (ii)	1.099	
	19.417	12.399

(i) Referem-se aos valores a receber provenientes do fornecimento de energia para a CEB Distribuição S.A., de acordo com o Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica firmado em 7 de março de 2002 e seus termos aditivos.

(ii) Contrato de venda da sobra de energia com a comercializadora do BTG.

* Não há inadimplência

Corumbá Concessões S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

5 Tributos
(a) Tributos a recuperar e diferidos

	2016	2015
Imposto de renda e contribuição social diferidos (*)	55.481	56.831
Imposto de renda e contribuição social a recuperar (**)		2.114
PIS e COFINS a recuperar (***)	10.814	7.261
Outros	1.498	1.127
	67.793	67.333
Circulante	(11.333)	(9.523)
Não Circulante	56.460	57.810
Diferidos (****)	55.481	56.831
Outros	979	979

(*) Valores referentes ao Imposto de renda e contribuição social sobre o prejuízo fiscal, contingências jurídicas e diferença temporária adoção Lei 12.973/2014.

(**) Em 2015, houve compensação do saldo a recuperar com tributos devidos no exercício.

(***) PIS/COFINS de operações com alíquota não cumulativa (principalmente operações de Liquidação Financeira do mecanismo de realocação de energia – MRE). Entre 2016 a 2018, é prevista a venda de energia referente ao hedge contratado, havendo expectativa de realização deste crédito.

(****) Projeções internas indicam a realização do ativo fiscal diferido nos próximos 4 anos.

(b) Reconciliação da despesa do imposto de renda e da contribuição social

A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e de contribuição social pela alíquota nominal está demonstrada a seguir:

	Exercício findo em 31 de dezembro	
	2016	2015
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	6.358	(57.952)
Alíquota nominal combinada do imposto de renda e da contribuição social - %	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação – Despesa (Benefício)	2.162	(19.703)
Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva		
Ajustes permanentes	37	35
Despesas indedutíveis		
Outras receitas (i)		10.890
Provisão para riscos e passivos contingentes	(1.840)	17.245
Prejuízo fiscal compensado no exercício	(115)	(2.546)
Despesa de imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício - corrente	243	5.920

Corumbá Concessões S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Exercício findo em 31 de dezembro	
	2016	2015
Prejuízo Fiscal do Exercício	(337)	(7.489)
Outras Receitas (i)		32.029
Provisão para riscos e passivos contingentes	(5.412)	50.720
Outros	1.778	(1.013)
Alíquota nominal combinada do imposto de renda e da contribuição social - %	34%	34%
Despesa de imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício - diferido	(1.350)	25.244

(i) Refere-se, 2015, à reversão de R\$ 32.029 referente ao recebimento de parcelas da fatura no valor de R\$ 42.351.

c) Obrigações Tributárias

	2016	2015
Imposto de renda e contribuição social – corrente	2	2.398
PIS e COFINS corrente	505	453
Retenções	165	391
Parcelamentos	2.928	2.653
Outros	29	25
	3.629	5.920
Circulante	(1.064)	(3.522)
Não Circulante (i)	2.565	2.398

(i) Refere-se a parcelamento de tributos pelo prazo de 12 anos.

6 Despesas antecipadas

	2016	2015
Repactuação (GSF) (i)	9.123	7.888
Outras	199	124
	9.322	8.012
Circulante	(1.019)	(948)
Não Circulante (i)	8.303	7.064

(i) Prazo para amortização 2016: 10 anos (i) Repactuação - movimentação

	2016	2015
Saldo inicial em 1º de janeiro	7.888	
Constituição		7.888
Transferência saldo (reduzora passivo para despesas antecipadas)	2.059	
Amortização	(824)	
	9.123	7.888
Circulante	(824)	(824)
Não circulante	8.299	7.064

Corumbá Concessões S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

De janeiro até julho de 2015 a Companhia registrou despesas importantes com as liquidações financeiras mensais no MRE (R\$31.725) explicado pela ocorrência de valores elevados de GSF ("Generation Scalling factor") – que reduz a energia assegurada da Usina - aliado a preços de liquidação das diferenças (PLD) majorados pelo despacho de usinas térmicas. A partir desta data, contudo, a companhia em ação coletiva (Ação n. 0034944-23.2015.4.01.3400 em trâmite na 20ª Vara Federal) por intermédio da Associação Brasileira dos Produtores Independentes (APINE), conseguiu liminar suspendendo os pagamentos relativos às retrocedidas liquidações financeiras, por entender que essas se situavam acima dos valores razoáveis. Portanto, de agosto de 2015 a dezembro deste ano foram então provisionados valores que somam R\$ 8.282 relativos às liquidações financeiras sob judice (agosto a dezembro de 2015).

Com a alternativa de repactuação do risco hidrológico ("seguro" contra GSF) oportunizada pela MP 688 e posterior Lei 13.203/2015, bem como as normatizações estabelecidas pela ANEEL, a Companhia após estudos técnicos contratados, bem como as devidas aprovações nas esferas competentes, optou por assinar a repactuação hidrológica com o produto SP90 (consolidada no despacho ANEEL nº 215 de janeiro de 2016), que, em linhas gerais, limita o risco hidrológico (GSF) futuro a um montante máximo de perda de 10% da sua energia assegurada, isenta a Companhia do pagamento do prêmio desse seguro até 07 de dezembro de 2035 e, ainda, estende a Concessão em 36 dias, passando a mesma para 12 de março de 2036. Com a opção de repactuação, a Companhia abre mão da liminar judicial que a protegia do GSF.

Como a lei 13.203/2015 retroage a janeiro de 2015, seus efeitos no balanço energético da Companhia e os consequentes lançamentos contábeis, devem ser então considerados também como se os mesmos fossem válidos desde essa data, de acordo com a classe de produto de "seguro" escolhido (SP90). Como o produto de seguro escolhido limitou o risco da Companhia em 10% (de redução da energia assegurada pelo GSF) ainda em 2015, foi calculado pelo Anexo 2 da Resolução Normativa ANEEL nº 684, que a companhia faria jus a uma compensação financeira relativa aos valores a maior pagos/provisionados à título de liquidação financeira em 2015. Isto é, esta compensação tenta anular os efeitos financeiros de tudo que foi pago ou provisionado para as liquidações do MRE que excederam o teto estabelecido pelo produto SP90 (descontados os pagamentos de prêmio de seguro do ano de 2015). Dessa forma, segundo o Anexo 2 da Resolução Normativa ANEEL nº 684, a Companhia tem direito a uma compensação total de R\$ 9.947, contabilizado em 2015, contudo, de forma que R\$ 8.888 foram a débito em despesas antecipadas (R\$ 824 - circulante e R\$ 8.064 - não circulante) e a crédito como uma redução do custo com compra de energia do mesmo montante, calculados para fazer face às despesas efetivamente pagas em 2015. O saldo restante de R\$ 1.059, sendo R\$ 854 como conta redutora do passivo (fornecedores) e R\$ 205 como despesa de amortização do prêmio de seguro. No 1º semestre de 2016 foi revertido o valor total da provisão, transferindo assim o valor da conta redutora de fornecedores para a conta despesas antecipadas (ativo). O prazo para amortização do ativo é de 11 anos.

7 Outros ativos

	2016	2015
Banco Bradesco – Garantia CCEE (i)	560	7
P&D – Pesquisa e Desenvolvimento (ii)	852	1.505
Outros	12	1
	1.424	1.513

(i) Refere-se à garantia de curto prazo depositada no Banco Bradesco (custodiante da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE) para fazer face às exigências desta Câmara, no que diz respeito à Liquidação Financeira de energia no MRE.

(ii) Refere-se aos serviços em curso dos projetos de P&D em desenvolvimento, ainda não concluídos ou submetidos à avaliação do órgão regulador ANEEL.

Corumbá Concessões S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

8 Imobilizado
(a) Composição

	2016		2015		Taxa média anual de depreciação - % (*)
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido	
Imobilizado em serviço – Usina					
Terrenos	94.278		94.278	94.278	
Reservatório, barragens e adutoras (i)	474.728	(101.295)	373.433	382.111	2,78
Máquinas e equipamentos (ii)	169.320	(54.697)	114.623	119.854	4,55
Veículos e embarcações	3.349	(342)	3.007	118	14,08
Imobilizado em serviço – Administração					
Computadores e periféricos	422	(364)	58	64	16,67
Móveis e utensílios	210	(161)	49	54	6,28
Outros	601	(328)	273	263	19,62
	742.908	(157.187)	585.721	596.742	

Os valores da tabela acima atendem a Resolução Normativa nº 367 da ANEEL de forma prospectiva.

- (i) Inclui, entre outros, obras civis executadas pelo acionista Serveng Civilsan S.A. por meio de contrato de empreitada a preço fechado. Os valores contratados pela Companhia com a Serveng Civilsan S.A.
- (ii) Refere-se às turbinas e equipamentos relacionados. A depreciação vem sendo calculada com base em taxa média determinada pela ANEEL.
- (*) Os percentuais utilizados são calculados com base em taxa determinada pela ANEEL, sendo que os valores residuais poderão ser indenizados pela União em caso de não renovação da concessão ao final do prazo de 35 anos.

(b) Movimentação

	2016	2015
Saldo inicial em 1º de janeiro	596.742	613.638
Aquisições (i)	3.890	86
Baixas	(21)	(2.112)
Depreciação	(14.890)	(14.870)
	585.721	596.742

(i) A Companhia desenvolve o Programa de Monitoramento e Controle de Macrófitas no Reservatório da UHE Corumbá IV, determinado nas condicionantes Licença de Operação. Como alternativa a este processo de remoção manual, a Companhia optou pela importação do Sistema de Remoção de Macrófitas composto de, Barco Ceifador de Plantas Aquáticas e respectiva Esteira de Transferência de Carga, visando melhoria da eficiência do processo e redução de custos.

9 Intangível
(a) Composição

	2016		2015		Taxa média anual de amortização - %
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido	
Contrato de conexão (i)	744	(178)	566	596	2,9
Direito de uso do bem público (ii)	12.865	(6.113)	6.752	7.120	2,9
	13.609	(6.291)	7.318	7.716	

- (i) Refere-se ao valor presente líquido dos encargos de conexão à rede de distribuição.
- (ii) Refere-se ao valor do contrato de concessão na modalidade de Uso do Bem Público (UBP) reconhecidos desde a assinatura do contrato de concessão pelo seu valor original e amortizado pelo prazo da concessão.

Corumbá Concessões S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Movimentação

	2016	2015
Saldo inicial em 1º de janeiro	7.716	8.112
Amortização	(398)	(396)
	7.318	7.716

10 Fornecedores

	2016	2015
Credores diversos – Terrenos	131	131
MRE (i)		6.223
Diversos	4.615	1.698
	4.746	8.052
Circulante	(4.615)	(7.921)
Não circulante	131	131

(i) Parcela da provisão para o MRE feita em 2015 (R\$ 8.282) que foi contabilizada em fornecedores a pagar, sendo realizada em 2016.

11 Debêntures

O valor de garantia exigido pelo contrato de debêntures está registrado na rubrica Cauções e depósitos vinculados no montante de R\$ 17.023 (2015 – R\$ 18.450), no ativo.

	2016	2015
Debêntures 2ª emissão – valor principal (*)	411.940	445.345
Encargos	2.723	2.134
	414.663	447.479
Circulante	(414.663)	(65.750)
Não Circulante		381.729

(*) Valores líquidos da comissão de estruturação, que serão diferidos pelo prazo da operação

	Debêntures 1ª série	Debêntures 2ª série
Saldo em 31/12/2015	209.234	238.245
Amortização (Principal + juros)	(72.286)	(35.477)
Juros	38.022	35.858
Comissão de estruturação	469	598
Saldo em 31/12/2016	175.439	239.224

Corumbá Concessões S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2ª Emissão - 2014

A 2ª Emissão de debêntures, não conversíveis em ações da Companhia, é dividida em duas séries, uma Primeira Série da espécie quirografária com garantia fidejussória e real adicionais, a ser convolada em da espécie com garantia real e com garantia fidejussória adicional; enquanto as Debêntures da Segunda Série serão da espécie quirografária, a ser convolada em da espécie com garantia real, cuja emissão foi aprovada na 1ª Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 28 de novembro de 2014.

As Debêntures foram objeto de oferta pública de distribuição com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM 476, sob o regime de garantia firme de colocação no montante total da Emissão, com a intermediação do Banco BTG Pactual S.A. ("Coordenador Líder") e do Banco Bradesco BBI S.A. ("BBI" e, em conjunto com o Coordenador Líder, "Coordenadores"). Como banco liquidante e escriturador/mandatário o Bradesco S/A.

Características da Emissão:

Valor Nominal Unitário: R\$ 500.000,00 (Quinhentos mil reais);

Quantidade de Debêntures: 963 (Novecentas e sessenta e três) Debêntures, sendo 540 (Quinhentas e quarenta) debêntures relativas à primeira série ("Debêntures da Primeira Série") e 423 (Quatrocentas e vinte e três) Debêntures relativas à segunda série ("Debêntures da Segunda Série");

Séries: A Emissão foi realizada em 02 (duas) séries;

Remuneração: equivalente a 128,0% da variação acumulada das taxas médias diárias do DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, over extra grupo (Taxa DI-Over);

Valor Total da Oferta Restrita: R\$481.500.000,00 (Quatrocentos e oitenta e um milhões e quinhentos mil reais);

Data de Emissão: 19 de dezembro de 2014;

Data de Integralização: 19 de dezembro de 2014;

Forma de Integralização: A integralização foi realizada à vista, na data de subscrição, em moeda corrente nacional por meio de procedimentos do Módulo de Distribuição de Ativos - MDA, administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Mercados Organizados ("CETIP");

Prazo de Vencimento: As Debêntures terão prazo de vencimento de 8 (oito) anos, contados da data de emissão;

Data de Vencimento: 19 de dezembro de 2022;

Banco Escriturador e Mandatário: Banco Bradesco S.A.;

Coordenadores Líderes: Banco BTG Pactual S.A. ("Coordenador Líder") e do Banco Bradesco BBI S.A. ("BBI" e, em conjunto com o Coordenador Líder, "Coordenadores");

Agente Fiduciário: Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários;

Código CETIP: Série 1 ("CRUM 12") e Série 2 ("CRUM 22").

Destinação dos Recursos: Os recursos captados com a Emissão foram utilizados para amortização de dívidas da Companhia, incluindo dívidas bancárias BNDES/BB e debêntures 1ª emissão e de processos judiciais e reforço do capital de giro;

Periodicidade de Pagamento do Valor Nominal Unitário: o pagamento do Valor Nominal Unitário referente às Debêntures da Primeira Série será realizado pela Emissora aos Debenturistas em 94 (noventa e quatro) parcelas mensais e sucessivas, sendo a primeira devida em 19 de março de 2015 (inclusive). O pagamento reprogramado do Valor Nominal Unitário referente às Debêntures da Segunda Série será realizado pela Emissora aos Debenturistas a partir do 36º (trigésimo sexto) mês contado da Data de Emissão, ou seja, a partir de 19 de dezembro de 2017 (inclusive), em 11 (onze) parcelas semestrais iguais e sucessivas, ocorrendo todo o dia 19 dos meses de junho e dezembro de cada ano,

Corumbá Concessões S.A.**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

conforme o 3º (terceiro) Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 2ª (segunda) Emissão de Debêntures, assinado em 09 de junho de 2016;

Periodicidade de Pagamento da Remuneração: A remuneração das debêntures será paga mensalmente em parcelas iguais e sucessivas, a partir da data de emissão até a data de vencimento das Debêntures;

Garantias/Garantidoras: Como garantia real em cumprimento às obrigações, principais e acessórias: (i) Alienação Fiduciária (a) de 146.953.256 (cento e quarenta e seis milhões, novecentas e cinquenta e três mil e duzentas e cinquenta e seis) ações ordinárias de emissão da Companhia de titularidade da Serveng e da C&M ("Garantidoras"), representativas, nesta data, de 25,95% (vinte e cinco inteiros e noventa e cinco centésimos por cento) do capital social da Companhia ("Percentual Aliado" e "Ações", respectivamente); e (ii) Cessão Fiduciária de (a) todos e quaisquer direitos, presentes e/ou futuros, decorrentes, relacionados e/ou emergentes do Contrato de Concessão do Complexo Energético Corumbá IV, incluindo, sem limitar, os direitos creditórios bem como todos os demais direitos, corpóreos ou incorpóreos, potenciais ou não, decorrente da exploração da Concessão e que possam ser objeto de cessão fiduciária em garantia de acordo com as normas legais e regulamentares aplicáveis e os direitos emergentes da Concessão, cujos valores deverão ser depositados na Conta Centralizadora ("Direitos Emergentes da Concessão") e (b) de todos os valores que venham a ser depositados em determinada conta centralizadora na qual deverão necessariamente ser depositados e transitar todos e quaisquer direitos, presentes e/ou futuros, decorrentes, relacionados e/ou emergentes do Contrato de Concessão ("Conta Centralizadora") e a Conta Centralizadora, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios em Garantia Sob Condição Suspensiva ("Direitos Creditórios Cedidos" e "Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios", respectivamente); (iii) exclusivamente para a 1ª série (a) Alienação fiduciária de máquinas e equipamentos listados no Contrato de Alienação Fiduciária de Máquinas e Equipamentos em Garantia Sob Condição Suspensiva, celebrado entre a Emissora e o Agente Fiduciário (b) Como garantia das Debêntures da Primeira Série, cessão fiduciária de determinada conta corrente em garantia de titularidade da Companhia onde deverão ser depositados e mantidos, recursos referentes a, no mínimo, 3 (três) parcelas de amortização do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série ("Conta Garantia" e "Valor Mínimo da Conta Garantida"), observados os termos e condições previstos no Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, Administração de Contas e outras Avenças, e, alternativamente à Cessão Fiduciária de Conta Garantia, em garantia das obrigações assumidas pela Companhia em relação aos Debenturistas da Primeira Série, fica contratação de carta de fiança bancária pela Companhia em valor equivalente ao Valor Mínimo da Conta Garantida (c) Ainda em garantia das debêntures 1ª série, "Garantia Fidejussória" onde a Soares Penido Participações e Empreendimentos S.A., por ato específico e na melhor forma de direito, se obriga solidariamente com a Emissora pelo valor de R\$ 135.000 (cento e trinta e cinco milhões de reais) ("Valor da Fiança Corporativa").

De acordo com o CPC 26, item 74, houve a classificação do saldo, em 2016, do não circulante para o circulante. Esse fato se explica pela identificação prévia de ultrapassagem dos índices ("covenant") estabelecidos na cláusula 6.1 - item XXIV da Escritura da 2ª Emissão de Debêntures, estando os mesmos acima do máximo permitido, com potencial vencimento antecipado não automático. Informamos que esses índices são calculados em até 90 dias após a divulgação das demonstrações de 31/12/2016, não se tratando assim de vencimento antecipado já em curso, pois não houve a comunicação formal ao agente fiduciário. Da mesma forma, a Companhia já iniciou tratativas comerciais com os debenturistas para obtenção de "waiver" desse ponto e os mesmos já se manifestaram bastante positivamente, já tendo inclusive iniciado os trâmites internos com vistas a flexibilização desses "covenants" e ao mesmo tempo anuência para o não cumprimento em 2016.

Corumbá Concessões S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Covenants Financeiros:

	Ano	Índice
Dívida Líquida/(EBITDA) ("Índice Financeiro Dívida Líquida") ultrapasse os seguintes índices nos anos indicados:	2015	4,7x
	2016	3,5
	2017	2,7
	2018 em diante	2,0
Dividendos Recebidos / Serviço da Dívida das Debênturas ("Índice Financeiro Serviço da Dívida")	2015 a 2022	Maior a 1,3x

12 Empréstimos e financiamentos

	2016	2015
FCO – Fundo Constitucional de Financiamento do Centro Oeste (a)	1.957	399
Contratos de Mutuo (b)	7.159	
Outros	70	
	9.186	399
Circulante	(740)	
Não circulante	8.446	399

Movimentação

	2016	2015
Saldo inicial em 1º de janeiro	399	
Principal	8.404	399
Juros	523	
Amortização	(140)	
	9.186	399

(a) A Companhia desenvolve o Programa de Monitoramento e Controle de Macrófitas no Reservatório da UHE Corumbá IV, determinado nas condicionantes Licença de Operação. Como alternativa a este processo de remoção manual, a Companhia optou pela importação do Sistema de Remoção de Macrófitas composto de, Barco Ceifador de Plantas Aquáticas e respectiva Esteira de Transferência de Carga. Para operacionalização desta aquisição foi firmada a Cédula de Crédito Industrial Nº 40/01098-8 junto ao Banco do Brasil S.A. em 21 de dezembro de 2015, mediante recursos oriundos do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro Oeste - FCO, conforme condições abaixo detalhadas:

Valor do Crédito: R\$ 1.956.902,81, a serem liberados conforme comprovação e reembolso dos gastos com a aquisição do sistema de remoção acima especificado.

Vigência: 60 meses

Carência: 12 meses para as parcelas de amortização, com juros trimestrais durante este período de carência.

Garantia: o próprio equipamento importado

Taxa Efetiva: 11,18 % a.a. (com bônus de adimplência de 15%)

(b) O valor de R\$ 7.159 (R\$ 6.750 principal + R\$ 409 juros) referente a contratos de mutuo com acionistas garantidores (firmado em Agosto/2016) a uma taxa de IGPM + 1% a.m com prazo total de pagamento de 5 anos, sendo 36 meses de carência total e 24 meses de amortização.

Corumbá Concessões S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

13 Pesquisa e Desenvolvimento – P&D

A Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, dispõe sobre a realização de investimentos em pesquisa e desenvolvimento e em eficiência energética por parte das empresas concessionárias, permissionárias e autorizadas do setor de energia elétrica. O art. 2º da mencionada lei estabelece que as concessionárias de geração e empresas autorizadas à produção independente de energia elétrica ficam obrigadas a aplicar, anualmente, o montante de, no mínimo, 1% de sua receita operacional líquida em pesquisa e desenvolvimento no setor elétrico. Conforme dispõe o artigo 12 da Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, os investimentos em P&D acima descritos devem ser realizados da seguinte forma:

- 0,4% dos recursos devem ser depositados no FNDCT – Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e tecnológico;
- 0,4% para projetos de P&D segundo regulamentos estabelecidos pela ANEEL;
- 0,2% são recolhidos para o MME (Ministério de Minas e Energia).

	2016	2015
FNDCT – Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e tecnológico	113	93
P&D	2.179	2.933
MME (Ministério das Minas e Energia)	57	46
	2.349	3.072
Circulante	(1.792)	(1.981)
Não circulante	557	1.091

14 Compromisso com outorga – Uso do bem público

A obrigação pelo uso do bem público originada da assinatura do Contrato de Concessão nº 01/2000 é devida mensalmente até o término do prazo de concessão com pagamentos mensais de R\$ 125 corrigidos anualmente pelo IGP-M, assim como, todo o saldo devedor da obrigação.

A administração da Companhia, de acordo com a OCPC 05, decidiu reconhecer um ativo intangível (Nota 9) em contrapartida à obrigação assumida, uma vez que o contrato de concessão na modalidade de Uso do Bem Público - UBP não é um contrato a executar, pois o Poder Concedente executou a parte que lhe cabia ao disponibilizar o acesso à infraestrutura existente, enquanto a Companhia assumiu o compromisso de efetuar os pagamentos contratuais por essa concessão.

15 Provisão para causas judiciais

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos de natureza cível e trabalhista. A administração, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, provisiona integralmente os processos cujos riscos de perdas sejam classificados como prováveis.

As provisões para causas judiciais constituídas, as variações no período e os correspondentes depósitos judiciais estão assim apresentados:

Corumbá Concessões S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

a) Composição (causas prováveis)

	Depósitos judiciais		Provisão para causas judiciais	
	2016	2015	2016	2015
Saneago (i)			45.039	41.969
IBAMA (ii)			1.904	1.904
Desapropriação (iii)			166	166
Outros		19	364	564
		19	47.473	44.603

(b) Movimentação da provisão

	2016	2015
Saldo inicial em 1º de janeiro	44.603	2.165
Baixas/Reversões	(389)	
Outras constituições (reversões), líquidas (i)	3.259	42.438
Saldo final em 31 de dezembro	47.473	44.603

Em prática com a governança corporativa, a Companhia possui o Comitê de Risco composto pelos escritórios de advocacia que prestam serviços à Companhia e pela administração. Durante o exercício de 2016, o Comitê mapeou todas as ações em curso, associando às mesmas probabilidades de sucesso, bem como decidiu estratégias de atuação individuais. O Comitê se reúne trimestralmente para reavaliar os riscos e promover ajustes quando necessário. A Companhia, na avaliação das suas causas judiciais, procurou sempre se ater à essência do risco e sua probabilidade de dano à Companhia.

Passivo Contingente – Ressarcimento e perdas e danos
(i) SANEAGO

Ação de cobrança movida por SANEAMENTO DE GOIÁS S/A – SANEAGO em desfavor da Companhia, distribuída em 16/11/2006, cujo pleito principal visava o ressarcimento/indenização de uma estação de captação de água bruta situada originalmente no Rio Corumbá e submersa pelo enchimento do lago da UHE Corumbá IV. SANEAGO sustenta que os prejuízos devidos pela Companhia eram de R\$ 24.021, orçado em outubro de 2006. A sentença julgou parcialmente procedente o pedido da SANEAGO, para condenar a Companhia ao pagamento de indenização equivalente ao custo atual da obra submersa, nas mesmas dimensões e capacidades do fim específico, a ser apurado em procedimento de liquidação de sentença, com o auxílio de peritos judiciais e assistentes técnicos das partes. A condenação incluiu mais 10% de honorários de sucumbência. Em 12 de maio de 2015 foi distribuída pela SANEAGO ação de liquidação de sentença, Processo nº 2015.01.1.053547-3, em curso na Décima Quarta Vara Cível de Brasília, na qual deverá ser apurado o valor real dos prejuízos materiais sofridos pela SANEAGO. O juízo nomeou três peritos oficiais para promoverem a perícia, sendo um engenheiro civil, um engenheiro mecânico e um economista. As partes nomearam assistentes técnicos e apresentaram quesitos. Em 19 de setembro de 2016 foi realizada audiência de conciliação para tentativa de acordo entre as partes, a qual restou frustrada, uma vez que a SANEAGO apresentou proposta para pagamento pela Companhia na

Corumbá Concessões S.A.**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2016****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

ordem de R\$ 47.800. A perícia de liquidação ainda não foi iniciada, aguardando-se por ordem do juízo. Valor atualizado da causa: R\$45.039

(ii) IBAMA

Cuida-se de auto de infração ambiental nº 52606/D aplicado pelo IBAMA em 29/11/2005 sobre suposto descumprimento de condicionantes da Licença de Instalação nº 281/04, referente ao aproveitamento hidrelétrico AHE Corumbá IV, o qual originou o processo nº 02001.007294/2005-39 na esfera administrativa do IBAMA. Em 25.10.2013, após apresentação de todas as defesas e recursos cabíveis, a Companhia foi intimada da decisão administrativa final do IBAMA que consolidou a multa aplicada, sendo notificada para o pagamento da mesma até a data de 20.11.2013. Em 07.11.2013 a Companhia ajuizou perante a 16ª Vara Federal do DF ação declaratória de nulidade, com pedido liminar, para suspensão de exigibilidade do crédito. Em 11.06.2014 foi publicada sentença julgando o pedido da Companhia improcedente, para manutenção da multa aplicada pelo IBAMA. Foi apresentada Apelação Cível pela Companhia, com efeito suspensivo e devolutivo, a qual encontra-se pendente de julgamento. A anulabilidade da autuação e da multa ainda se encontra em discussão judicial. Paralelamente ao processo judicial, a Companhia emvida esforços para uma composição administrativa junto ao IBAMA, cujo pedido de revisão aguarda por análise do Núcleo de Instrução Processual (NUIP). Valor da provisão: R\$ 1.904.

(iii) Desapropriação - Engexplo Desmonte e Explosivos Ltda.

Trata-se de ação de desapropriação que tramita na 2ª Vara Cível da Comarca de Luziânia-GO, sob o nº 200401747799, referente a área rural atingida pela formação do reservatório da UHE Corumbá, em que não foi possível a composição amigável quanto ao preço da indenização do imóvel, nem quanto aos lucros cessantes da exploração de areia que existia no local. Ao tempo das negociações administrativas verificou-se que o imóvel possuía gravames e averbações em favor do INSS, impossibilitando a continuidade de tentativa de qualquer acordo administrativo amigável, sob pena da Companhia responder por fraude contra credores. Na esfera judicial, após a realização de perícia e de apresentação de recurso de apelação, a Companhia foi condenada ao pagamento de indenização pelas terras e benfeitorias na ordem de R\$229 e condenação pelos lucros cessantes de exploração de areia na ordem de R\$291, totalizando uma condenação de R\$520 (depositado R\$ 189). Após apelação e demais recursos pertinentes, foi apresentado Recurso Especial pela Companhia, o qual até a presente data encontra-se pendente de julgamento. Valor da provisão: R\$ 166

Demais causas judiciais

	2016	2015
Remota	7.590	7.658
Possível	150	2.070

Corumbá Concessões S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

16 Partes relacionadas

As transações entre partes relacionadas são realizadas em valores, prazos e taxas, considerando a natureza e características das transações.

	Ativo (passivo)	
	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Conta a receber - CEB Distribuição S.A. (Nota 4)	18.318	12.399
Conta a pagar – Mútuo (Nota 12)	7.159	
Adiantamento para futuro aumento de capital (i)		
Serveng Cilvisan S.A.	(38.195)	(38.195)
CEB S.A.	(3.232)	(3.232)
	41.427	41.427

	Receita (despesa)	
	Exercício findo em 31 de dezembro	
	2016	2015
Receita operacional bruta – CEB Distribuidora S.A.	159.328	145.065
Resultado financeiro (ii)	(409)	

- (i) O saldo de R\$ 38.195 e R\$ 3.232 permanecerão registrados no não circulante enquanto não for aprovada pelos Acionistas a destinação definitiva desses recursos.
- (ii) Despesa de juros e correção com contratos de mútuo

Remuneração do pessoal-chave da administração

A remuneração do pessoal-chave da administração, que inclui os diretores e membros do conselho fiscal foi de R\$ 1.023 no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 (2015 – R\$ 2.098).

17 Patrimônio líquido

(a) Capital social

O capital social é representado por 566.248.166 Ações Nominativas (2014 – 566.248.166) sendo 243.905.724 Ações Ordinárias Nominativas - ON, 322.342.442 Ações Preferenciais Nominativas - PN classe “PNA”, totalizando um capital subscrito de R\$ 171.517 (2015 – R\$ 235.259).

(b) Direitos de ações

As ações ordinárias nominativas gozam de preponderância nas decisões administrativas na proporção de 1 ação para 1 voto.

As ações preferenciais nominativas da Classe “A” não têm direito de voto e gozam das seguintes vantagens e preferências: (a) direito a dividendos 10% (dez por cento) maiores do que os atribuídos às ações ordinárias; (b) prioridade na distribuição de dividendos; e (c) prioridade no reembolso do capital, sem prêmio. As ações preferenciais nominativas da Classe “A” participam dos lucros remanescentes em

Corumbá Concessões S.A.**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

igualdade de condições com as ações ordinárias, observado sempre o direito de perceberem dividendos, no mínimo, 10% (dez por cento) maiores do que os pagos às ações ordinárias.

Pagamento de dividendo mínimo obrigatório de 10% (dez por cento) do lucro líquido do exercício aos acionistas detentores de ações preferenciais de Classe "A" e de ações ordinárias.

(c) Dividendos

A proposta de dividendos consignada nas demonstrações financeiras da Companhia, sujeita à aprovação dos acionistas na Assembleia Geral, calculada nos termos da legislação societária e Estatuto da Companhia, é assim demonstrada:

	2016	2015
Resultado líquido do exercício	4.765	(38.628)
Constituição de Reserva Legal – 5%	(238)	
Base de cálculo dos dividendos	4.527	
Dividendos das ações PNA (R\$ 0,8320 por lote de mil ações)	(269)	
Dividendos das ações ON (R\$ 0,7563 por lote de mil ações)	(184)	
Absorção de Prejuízo (e)	(1.763)	
Reserva para retenção de lucros (f)	2.311	

Os acionistas da Companhia são:

- Serveng Cívilsan S/A Empresas Associadas de Engenharia
- Companhia Energética de Brasília - CEB
- C & M Engenharia Ltda.
- Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal - CAESB
- Companhia Imobiliária de Brasília - TERRACAP
- CEB Participações S.A. – CEBPar

Corumbá Concessões S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Ajuste de avaliação patrimonial

Em 2012, foi criada uma conta redutora de patrimônio líquido ("recompra de ações") no valor original de R\$ 76.000 (valor original das ações do FIP-BRB) sendo ajustada em R\$ 59.708 (valor das ações do FIP-BRB após redução de capital de agosto de 2012) tendo em vista o resgate /cancelamento das mesmas. O saldo remanescente, portanto, de R\$ 16.292, foi registrada em ajuste de avaliação patrimonial.

(e) Absorção do prejuízo acumulado

Em 29 de novembro de 2016, foi realizada a 2ª Assembleia Geral Extraordinária (AGE), onde os acionistas aprovaram a redução do capital social da Companhia para a absorção de prejuízos acumulados de exercícios anteriores no valor de R\$65.506, conforme evidenciado no balanço patrimonial da companhia levantado em 31 de dezembro de 2015, onde R\$ 63.743 foi reduzido da conta capital social e R\$ 1.763 do resultado parcial apurado até Setembro/2016.

(f) Reserva para retenção de lucros

Os lucros excedentes aos dividendos mínimos obrigatórios têm sido transferidos para a conta de reserva de retenção de lucros, cuja destinação ficará a critério dos acionistas da Companhia.

18 Cobertura de seguros (não auditado)

A Companhia tem como política contratar apólice de seguros para cobrir riscos operacionais, patrimoniais e cíveis, com cobertura e limites de indenização representando em 31 de dezembro de 2016, respectivamente, R\$ 508.581 (sendo R\$ 500.379 para danos materiais e R\$ 8.202 para lucros cessantes) e R\$ 330.000 para o LMI - Limite Máximo de Indenização.

19 Conciliação entre a receita bruta e a receita líquida

	Exercício findo em 31 de dezembro	
	2016	2015
Receita bruta		
CCVEE – Contrato de compra e venda de energia elétrica	159.328	145.066
Receita com Liquidação Financeira – MRE	12	299
Outras Receitas (*)	18.516	1.922
COFINS	(6.188)	(4.712)
PIS	(1.341)	(1.021)
Receita líquida	170.327	141.554

(*) Operação de sazonalização de energia de R\$ 8.770 e R\$ 9.746 de venda de energia de sobra.

Corumbá Concessões S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

20 Custo dos serviços de energia elétrica

	Exercício findo em 31 de dezembro	
	2016	2015
Custos operacionais gerais (a)	11.591	16.957
Custo de energia elétrica (b)	44.849	31.024
Custo de uso do sistema de distribuição	3.298	2.687
Custo de compensação financeira – CFURH	2.013	1.840
Custo de pesquisa e desenvolvimento	1.608	1.692
Custo de fiscalização regulatória	418	386
Depreciação e amortização	15.288	18.909
	<u>79.065</u>	<u>73.495</u>

(a) Custos operacionais gerais

	Exercício findo em 31 de dezembro	
	2016	2015
Meio ambiente (i)	4.450	9.853
Custo com mão de obra própria	2.889	2.437
Serviços profissionais – pessoa jurídica	346	681
Manutenção de Barragem/Usina (i)	270	1.214
Seguro – Usina (ii)	1.544	654
Manutenção de SE Linha de Transmissão	414	575
Preservação e segurança	523	545
Combustíveis e lubrificantes	515	413
Outros	640	585
	<u>11.591</u>	<u>16.957</u>

(i) Houve redução no valor devido a otimização do custeio

(ii) Em 2016 aumentou dado amortização do ativo regulatório (R\$ 829)

(b) Custo de energia elétrica

	Exercício findo em 31 de dezembro	
	2016	2015
MRE realizado	18.253	18.838
MRE provisionado	(8.282)	8.282
Hedge + perdas	26.919	1.237
Sazonalização	7.959	2.667
	<u>44.849</u>	<u>31.024</u>

Os valores registrados como custo de compra de energia para o exercício de 2016 e 2015 se referem principalmente à liquidações financeiras do mecanismo de realocação de energia – MRE, realizadas no âmbito de Câmara de Compensação Financeira – CCEE e em 2016 registra-se adicionalmente compra de energia para Hedge (11 MW) para fazer face ao limite de risco do “seguro GSF” de 10% da energia assegurada.

Corumbá Concessões S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

21 Despesas administrativas e outras despesas operacionais, líquidas
(a) Despesas administrativas

	Exercício findo em 31 de dezembro	
	2016	2015
Pessoal (i)	4.018	6.887
Tributárias	85	46
Outras (ii)	2.179	2.355
	<u>6.282</u>	<u>9.288</u>

(i) Otimização das despesas administrativas com reorganização de pessoal da administração

(ii) Composição

	Exercício findo em 31 de dezembro	
	2016	2015
Serviços profissionais – pessoa jurídica (a)	835	658
Informática	312	349
Contribuições	107	88
Viagens	75	146
Legais/cartórios	13	12
Alugueis de imóveis	239	221
Pro labore conselho	119	119
Combustíveis	33	30
Indenização de terras	54	48
Outros	392	684
	<u>2.179</u>	<u>2.355</u>

(a) Advogados para causas regulatórias

(b) Outras despesas administrativas

	Exercício findo em 31 de dezembro	
	2016	2015
Provisão para causas judiciais (Nota 15)	(3.259)	(42.439)
Reversão para causas judiciais	389	
	<u>(2.870)</u>	<u>(42.439)</u>

Corumbá Concessões S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

22 Resultado financeiro

	Exercício findo em 31 de dezembro	
	2016	2015
Receitas		
Receitas sobre aplicações (i)	2.983	3.600
Descontos obtidos	991	156
Despesas		
Despesas correção/remuneração Debêntures	(73.880)	(75.107)
Despesas com financiamentos	(2.039)	(1.065)
Despesas financeiras com Outorga	(2.529)	(1.129)
Despesas com mútuo (ii)	(409)	
Outros	(869)	(739)
	(75.752)	(74.284)

(i) Refere-se a receitas com aplicação de recursos do caixa em operações compromissadas

(ii) IGPM + 1% a.m.

23 Gestão de risco financeiro
(a) Identificação e valorização dos instrumentos financeiros

A Companhia opera com instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, incluindo aplicações financeiras, contas a receber, contas a pagar a fornecedores e empréstimos, financiamentos e debêntures. Adicionalmente, a Companhia não opera diretamente com instrumento financeiro derivativo.

Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis estão registrados pelo valor justo.

(b) Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, outros ativos circulantes e contas a pagar

Os valores contabilizados são os valores realizáveis.

(c) Debêntures

A Companhia monitora frequentemente a evolução dos juros contratados como custos das debêntures (referenciado CDI) de forma a tomar atitudes de recontração das mesmas, caso esse indicador de custo descole do hedge natural da Companhia, que é o IGP-M sobre CCVEE (Contrato de compra e venda de energia elétrica). Na 2ª emissão de debêntures, o custo foi reduzido de 128,5% CDI para 128,0% CDI.

(d) Política de gestão de riscos financeiros

A Companhia possui e segue política de gerenciamento de risco, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa.

Corumbá Concessões S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

24 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia, a administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm que aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Condizente com outras empresas do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

25 Compromisso

A Companhia firmou Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica em 7 de março de 2002 para fornecimento de energia para a CEB Distribuição S.A., onde anualmente deverá fornecer os seguintes montantes de energia:

	MWh/ano
2017	665.760
2018	665.760
2019	665.760
2020	665.760
2020 a 2035	9.986.400
	12.649.440

26 Eventos Subsequentes

Prorrogação do prazo da concessão

Em 02/02/2017, foi publicado no DOU, o Despacho nº 283/2017, onde foi deferido o pedido de recomposição do prazo da outorga com extensão por 438 dias, mediante aditamento ao Contrato de Concessão nº 93/2000-ANEEL.

* * *